

AS DIFICULDADES DOS PROFESSORES PARA DESENVOLVER O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES COM TEA.

Alice Victória de Deus Bandeira ¹
Graziela Brito de Almeida ²

RESUMO

A neuropsicopedagogia é uma ciência que interliga a neurociência, psicologia cognitiva e pedagogia e está em apogeu, principalmente por auxiliar os professores em sala de aula com metodologias que facilitam o ensino e aprendizagem de alunos com deficiência, sobretudo, estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Compreende-se, apoiado nos estudos de Chupil; Souza; Schneider (2018) e Dresch (2018), que o autismo é considerado um transtorno neurológico que afeta o desenvolvimento da comunicação e interação social, ademais, pode-se enfatizar que o aluno com TEA necessita de cuidados específicos por apresentar algumas disfunções na fala e na escrita, sendo necessário a adaptação das práticas pedagógicas dos docentes para incluir o estudante com essa deficiência. Este artigo busca explicitar as dificuldades dos docentes em sala de aula no ensino e aprendizagem dos estudantes autistas e como as instituições de ensino precisam intensificar a aquisição de recursos pedagógicos com suporte de aprendizagem e promover formações continuadas dos professores, com a inclusão da abordagem neuropsicopedagógica para subsidiar novas metodologias que propiciem a aquisição do conhecimento da criança autista. Considera-se que os estudos do funcionamento cerebral e do processo cognitivo e emocional, provenientes da neuropsicopedagogia, propiciam a criação de metodologias por parte do docente, levando em conta que cada indivíduo autista apresenta singularidades. Assim sendo, o trabalho do neuropsicopedagogo favorece a aprendizagem significativa da criança TEA e sua inclusão na instituição educacional e na sociedade.

Palavras-chave: Neuropsicopedagogia, Transtorno do espectro autista, Formação de professores.

INTRODUÇÃO

A história da educação especial e inclusiva, mesmo tendo iniciado a séculos atrás com D. Pedro II, com a criação de escolas para os deficientes surdos e cegos, principalmente no Brasil, embora tenha sido um marco para as Pessoas com Deficiências (PCDs), pode-se afirmar que essa iniciativa segregava as demais deficiências (MIRANDA, 2008).

De acordo com Jannuzzi (2004), a população começou a se preocupar com a educação dos indivíduos com deficiência a partir de 1930 e, vale lembrar, que o governo não se responsabilizava por esse tipo de educação, apenas auxiliava algumas entidades filantrópicas, como o Instituto Padre Chico (para cegos) em São Paulo, no ano de 1930.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, alicevbandeira@outlook.com;

² Professora Orientadora do Curso de Pedagogia da Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, graziela.almeida@unicap.br.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) se tornou um dos exemplos de deficiência que foi segregada, visto que, após a criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) não era capaz de organizar um ambiente cuja demandas de todos os PCDs fossem de fato atendidas, ou seja, não contemplando a educação especial inclusiva (BRASIL, 2008). Sendo assim, mesmo que as leis para educação especial tenham tido seus avanços, o autismo só foi concebido como uma deficiência por lei, apenas, em 2012, com a “Lei Berenice Piana”.

Destacamos que esta Lei foi criada a partir de Berenice Piana, mãe de um menino autista. A busca para incluir o filho e tê-lo reconhecido e diagnosticado com TEA originou a Lei nº 12.764, que definiu o Transtorno do Espectro Autista como uma deficiência e ampliou os direitos para os autistas no Brasil. A lei também garante tratamento gratuito pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e acesso à educação e igualdade aos deficientes. (BERENICE, 2020). Berenice defende que “mesmo recebendo resistência, não desistiu” (ÍCONE, 2012) e foi por causa da resistência que incentivou a implementação de políticas públicas que auxiliassem os autistas.

Como o reconhecimento do TEA é recente, ainda existe uma dificuldade para o corpo docente trabalhar de maneira eficaz com o estudante autista, principalmente pelo fato de que:

Devemos levar em conta que a maioria das pessoas autistas requer atenção, supervisão e apoio durante toda a vida. Atualmente não “cura” o autismo, embora possa haver uma melhora muito significativa, graças, sobretudo, ao trabalho paciente da educação. (SCHWARTZMAN, 2011, p. 237).

Sublinha-se a necessidade de intervenções profissionais da área de neuropsicopedagogia, especialistas que articulam os campos da neurociência, psicologia cognitiva e pedagogia. Entende-se que o neuropsicopedagogo tem a função de observar as dificuldades neurológicas e fazer um acompanhamento pedagógico a pessoas que tem essas disfunções, a fim de, desenvolver e estimular o processo de ensino e aprendizagem (TABQUIN, 2003). Destaca-se Consenza e Guerra,

As neurociências não propõem uma nova pedagogia e nem prometem solução para as dificuldades da aprendizagem, mas ajudam a fundamentar a prática pedagógica que já se realiza com sucesso e orientam ideias para intervenções, demonstrando que estratégias de ensino que respeitam a forma como o cérebro funciona tendem a ser mais eficientes. (2011, p. 139)

Neste sentido, a neuropsicopedagogia, apoiada nos estudos da neurociência, busca a criação de abordagens que auxiliem os professores quanto às dificuldades enfrentadas cotidianamente pelos alunos com TEA. Desenvolvem avanços didáticos, capazes de auxiliar no processo de ensino e aprendizagem, que por muitas vezes, está em defasagem.

Migliori (2013, p. 37) pontua que “Os modelos de educação que temos praticado não estão orientados para conhecermos nosso cérebro e nossa mente, e compreender como a aprendizagem os transforma.” Ou seja, a neurociência pode ser considerada como suporte para uma abordagem do processo de aprendizagem baseado no conhecimento cerebral, proporcionando ao corpo discente com autismo uma possibilidade de aprendizado significativa.

Cunha (2013), por sua vez, destaca que a atenção no processo de aprendizagem é imprescindível e o professor precisa buscar expandi-la. Desta maneira, esse trabalho busca identificar as dificuldades dos professores para desenvolver o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com TEA e como a neuropsicopedagogia subsidia o trabalho docente.

METODOLOGIA

A natureza desse projeto é exploratória e descritiva, pois buscamos conhecer o tema abordado a partir de levantamentos bibliográficos e análise de materiais publicados, com o objetivo de reunir as informações e dados que serviram de base para a elaboração deste trabalho. A abordagem utilizada neste projeto foi qualitativa, apoiada na pesquisa bibliográfica para entender, descrever, classificar e explicar as relações existentes na abordagem neuropsicopedagógica para minimizar as dificuldades enfrentadas pelo docente em sala de aula, facilitando o processo de aprendizagem significativa.

A pesquisa bibliográfica e documental foi fundamental para localizar as fontes e as informações oportunas ao tema proposto, servindo como suporte de consulta para futuros estudos com a fundamentação de: Avelino (2019); Baptista;Oliveira (2002); Dresch (2018); Migliori (2013); Oliveira, Amorim e Bello (2017); Schwartzman,(2011); Silva (2022); Souza (2015) Tabaquin (2003); Weizenmann; Pezzi; Zanon (2020)

REFERENCIAL TEÓRICO

O docente ao iniciar o trabalho com alunos com TEA é essencial conhecer a estrutura e

funcionamento da instituição educacional, além de, indentificar os procedimento inclusivos adotados pelo corpo docente para o ensino e aprendizagem desses alunos, a fim de que os docentes estejam preparados para promover uma prática pedagógica eficiente, o que pode prevenir o desgaste dos professores e a inabilidade quanto ao atendimento desses alunos, promovendo a eles uma carga de cansaço e estresse excessivo (BAPTISTA; OLIVEIRA, 2002; CAMARGO; BOSA, 2009; JORDAN, 2005 *apud* WEIZENMANN; PEZZI; ZANON, 2020).

Nesta perspectiva, quando as dificuldades forem identificadas pode-se estabelecer uma rede de apoio para o atendimento dessas crianças. Contudo, por mais alcançável que esteja a realidade de melhorar o ensino e aprendizagem de crianças com autismo e docentes creiam que o trabalho inclusivo seja bom para a educação, ainda parte significativa dos professores considera inatingível o processo de ensino e aprendizagem eficaz em sala de aula. (SCHIMIDT *et al*, 2016 *apud* WEIZENMANN; PEZZI; ZANON, 2020).

1.1. DIFICULDADES ENFRENTADAS POR DOCENTES AO TRABALHAR COM ESTUDANTES AUTISTAS

Atualmente, no Brasil, após as leis de reconhecimento de deficientes, como a Lei Berenice Piana nº 12.764 que, em 27 de dezembro de 2012 definiu o Transtorno do Espectro Autista uma deficiência, enfatiza-se que as salas de aula são compostas de estudantes diferentes e isso independe de laudo, visto que cada ser humano possui suas especificidades. Diante disso, sabe-se que essas diferenças afetam significativamente em sala de aula e que o corpo docente está estagnado, pois “... muitas vezes o professor não tem conhecimento necessário para isso, para atender a essa heterogeneidade em sala de aula com 40 alunos.” (DRESCH, 2018, p.66).

Vivenciamos um momento em que mundialmente se fala na inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, na rede regular de ensino. Sabemos que a legislação é explícita, quanto à obrigatoriedade em acolher e matricular todos os alunos, independente de suas necessidades ou diferenças. Por outro lado, é importante ressaltar que não é suficiente apenas esse acolhimento, mas que o aluno com necessidades educacionais especiais tenha condições efetivas de aprendizagem e desenvolvimento de suas potencialidades. (BRASIL, 2008 *apud* DRESCH, 2018, p 66)

A partir disso, pode-se destacar a dificuldade do docente quanto ao ensino do aluno com TEA, principalmente por não saber lidar com a heterogeneidade de uma turma de 30 alunos. Para Oliveira, Amorim e Bello (2017), após a retirada das escolas especiais e a inclusão de deficientes em escolas de ensino comum, as mudanças causaram impacto, principalmente pelas

instituições precisarem de adaptações que possibilite um ensino compatível com as demandas dos estudantes, sobretudo com deficiências, no caso, os autistas.

Uma das leis que asseguram os estudantes com autismo, como o artigo 2º das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, enfatiza que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (DIRETRIZES NACIONAIS, 2001, *apud*, OLIVEIRA; AMORIM E BELLO, 2017, p. 5)

Ainda assim, é notório que existem ações pedagógicas que não atendem, de modo a auxiliar os docentes a lidarem com a implementação das diretrizes, levando em consideração que crianças autistas precisam de uma atenção maior e de uma abordagem multidisciplinar com o objetivo de se desenvolverem plenamente (SCHWARTZMAN, 2011, *apud*, OLIVEIRA; AMORIM; BELLO, 2017, p.6).

Nesta perspectiva, alguns fatores como a falta de conhecimento em relação ao TEA, bem como as crenças criadas em torno deste, parecem interferir na prática pedagógica dos docentes, uma vez que muitos professores apresentam ideias distorcidas em relação ao Transtorno, principalmente em relação à comunicação destes alunos. (Schmidt *et al.*, 2016; Alves, 2005; Camargo & Bosa, 2009; Martins, 2007 *apud* WEIZENMANN; PEZZI; ZANON, 2020, p.3).

É possível afirmar que a falta de apoio pedagógico da instituição afeta diretamente os alunos autistas, tendo em vista que o docente se encontra com dificuldade de analisar os problemas dos estudantes, prejudicando o processo de aprendizagem (BAPTISTA, VASQUEZ, RUBLESCKI, 2003, *apud*, OLIVEIRA; AMORIM; BELLO, 2017, p.7). Ademais, não é planejado formações continuadas que tratem a maneira de trabalhar com esse aluno. Para Oliveira, Amorim e Bello “o professor tem um papel muito importante em relação à aprendizagem do aluno autista.” (2017, p.7).

No caso das crianças com autismo, a escassez de estudos e a maneira como se articulam pensamentos e linguagem na constituição desses sujeitos traz desafios para pesquisas que buscam compreender o processo de apropriação da leitura e da escrita por essas crianças autistas. (SANTOS, 2016, *apud*, OLIVEIRA; AMORIM E BELLO, 2017, p. 7)

O trabalho com esse público, que possui especificidades e algumas desconhecidas, é essencial estar preparado, principalmente por terem um trabalho diferenciado do que com os alunos considerados típicos. Neste sentido, para que o aluno com TEA consiga se desenvolver plenamente, para Sousa,

É necessário que as escolas se apropriem de fato e de direito de uma política educacional que proporcione formações adequadas aos professores como também, a apropriação de um projeto político pedagógico que vise garantir um atendimento respeitando as particularidades de cada aluno de modo que lhes traga um desenvolvimento positivo e um ensino de qualidade. (2015, p. 13)

Considera que o professor é o primeiro contato escolar que o autista irá ter e ser o primeiro passo para a socialização desse indivíduo, o docente precisa estar ciente do papel transformador que carrega, que além das metodologias adotadas em sala de aula para fazer o processo de ensino e aprendizagem ter sequência, é dele, também, o papel de incluir o estudante e criar estratégias efetivas para o seu desenvolvimento (SOUSA, 2015, p.14), já que

O autista sente dificuldade em se relacionar ou se comunicar com outras pessoas, uma vez que ele não usa a fala como um meio de comunicação. Não se comunicando com outras pessoas acaba passando a impressão de que a pessoa autista vive sempre em um mundo próprio, criado por ele e que não interage fora dele. (MENEZES, 2012, *apud*, SOUSA, 2015, p15).

Desse modo, o papel de inclusão também é da instituição, pois cabe a escola promover a interação social entre o aluno autista e os demais alunos considerados “normais”, para que assim o desenvolvimento de habilidades relacionadas a linguagem seja desenvolvido. (SOUSA, 2015, p.15).

Capacitar os professores e as escolas a trabalhar com um currículo que responda a estas exigências é, pois, o grande desafio que se coloca à própria escola e aos serviços de apoio. Planificar a aprendizagem e a participação de todos os alunos sem recorrer a respostas estereotipadas e pré-definidas, procurar as melhores formas de adaptar ou modificar o currículo à diversidade das necessidades dos alunos, trabalhar em articulação com outros profissionais ou serviços, promover a colaboração e partilha de informações e experiências entre professores, dinamizar a produção de materiais curriculares, a observação mútua de aulas, a emergência de parcerias pedagógicas, incentivar a experimentação e inovação pedagógica. (CORREIA, 2008, *apud* SOUSA, 2015, p.15-16).

Então é notório que a escola e corpo docente precisa em harmonia, a fim de realizar um trabalho efetivo na inclusão do aluno com TEA e de colaborar no planejamento das atividades a serem realizadas pelo estudante.

1.2. A ATUAÇÃO DO NEUROPSICOPEDAGOGO JUNTO AO DOCENTE NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DO ALUNO AUTISTA

A neuropsicopedagogia é uma área do conhecimento multidisciplinar que atua, principalmente, para a área de ensino e aprendizagem dos alunos, pois estuda processos e disfunções cerebrais ao mesmo tempo que explora os processos cognitivos (FONSECA, 2014

apud AVELINO, 2019, p.34). Logo, pode-se dizer que os professores e neuropsicopedagogos alinham-se, principalmente por um auxiliar o outro no processo de aquisição de conhecimento do aluno autista.

Pode ser inferido, que parte dos professores apresentam frustração por não conseguir educar a contento os alunos, pois ainda se prendem aos processos educacionais antiquados (AVELINO, 2019, p.34), pouco atento ao fato de que cada aluno é único e particular e, conseqüentemente, as metodologias tendem a mudar. Portanto, o principal papel do neuropsicopedagogo, que estuda o cérebro e sistema nervoso, além dos processos cognitivos e emocionais (AVELINO, 2019, p.35), é fazer que os docentes também se inteirem desses temas e consigam entender o processamento das informações que chegam aos seus alunos com TEA.

É importante compreender que a neuropsicopedagogia não trabalha sozinha e não está criando uma metodologia, principalmente por não poder resolver todos as dificuldades enfrentadas nas salas de aula e, sobretudo, com os alunos autistas. Neste sentido, para que o trabalho funcione de forma efetiva é imprescindível a presença de todos do corpo multidisciplinar (CHUPIL; SOUZA; SCHNEIDER, 2018, p.101).

Mesmo que, a responsabilidade do neuropsicopedagogo seja entender e resolver os problemas encontrados em sala de aula (CHUPIL; SOUZA; SCHNEIDER, 2018, p.102) o trabalho em equipe gerado pela equipe multidisciplinar deve ocorrer de forma harmônica, pois irão existir adversidades, como métodos que não funcionam e estresse em sala de aula. Mas o professor deve:

Ao observar que determinada metodologia não está sendo suficientemente eficaz, será necessário reavaliar o que foi feito, replanejar o que poderá ser realizado dali pra frente e recomeçar de outra forma. [...] Nesse momento, a figura do neuropsicopedagogo e da equipe multidisciplinar se torna indispensável, pois eles irão pensar todos juntos e auxiliar o professor na sua tomada de decisão. (CHUPIL; SOUZA; SCHNEIDER, 2018, p.103)

Pode ser compreendido que o professor passe por dificuldades em sala de aula, e nesse momento a equipe multidisciplinar pode auxiliar da melhor forma, buscando um meio de sair da situação em vista de não atrapalhar o aprendizado dos alunos. De acordo com Silva (2022, p.2), esses alunos “No ambiente escolar de ensino regular podem encontrar determinadas barreiras, como fatores culturais/sociais naqueles que não possuem conhecimento ou entendimento das múltiplas realidades dos indivíduos”. É necessário que o Neuropsicopedagogo realize:

[...] planejamentos que assessoram o processo de aprendizagem da criança autista, estimulando as funções a partir das habilidades já adquiridas, realizando intervenções, orientação e terapias cognitivas para melhorar o processo de aquisição da aprendizagem. (GONÇALVES, 2020, *apud* SILVA, 2022, p. 2).

Baseado no texto acima, é possível dizer que, a neuropsicopedagogia vem crescendo e contribuindo para o avanço do conhecimento cognitivo e cerebral, em especial, do aluno com TEA, fazendo com que os docentes tenham suportes de aprendizagens em sala de aula, visto que as principais atividades dos neuropsicopedagogos no âmbito institucionais, de acordo com o Código de Ética Técnico Profissional da Neuropsicopedagogia (SBNP, 2016) que orienta e estabelece critérios aos neuropsicopedagogos, são:

- a) Observação, identificação e análise dos ambientes e dos grupos de pessoas atendidas, focando nas questões relacionadas à aprendizagem e ao desenvolvimento humano nas áreas motoras, cognitivas e comportamentais, considerando os preceitos da neurociência aplicada à educação, em interface com a pedagogia e psicologia cognitiva
- b) Criação de estratégias que viabilizem o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem dos que são atendidos nos espaços coletivos.
- c) Encaminhamento de pessoas atendidas a outros profissionais quando o caso for de outra área de atuação/especialização para contribuir com aspectos específicos que influenciam na aprendizagem e no desenvolvimento humano. (*apud* CHUPIL; SOUZA; SCHNEIDER, 2018, p.28)

Então, por mais que a equipe multidisciplinar, seja composta de alguns profissionais, como o pedagogo e o psicólogo, o trabalho do neuropsicopedagogo em conjunto ao professor, pode auxiliar o professor por meio de estratégias para desenvolver o aluno autista, além de fazer o docente “compreender sobre funcionamento do cérebro para apoiar na adaptação e transformação de metodologias que venham a suprir necessidades que surgem” (CHUPIL; SOUZA; SCHNEIDER, 2018, p.106).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos por meio desse trabalho são analisados em Silva (2022), que pesquisou a opinião dos docentes em termos de ter em sala de aula alunos com Transtorno do Espectro Autista. Nesse estudo, os professores alegavam que enfrentavam condições adversas nas instituições de ensino que, além de não possuírem o material essencial para o trabalho com esses estudantes, não participavam de formações e especializações com o objetivo de tornar o ensino eficiente para todos as crianças, incluindo as com esse transtorno. Muitos docentes

afirmam, também, que existe um extremo cansaço e despreparo para dar aula quando existe algum aluno autista em sala, por não saber lidar com as estereotípias e diferenças do estudante.

Entende-se que a educação de qualidade deve ser um direito garantido para todos, incluindo os PCDs, sendo obrigação, não apenas do estado, mas também das próprias instituições educacionais, com a disponibilização de materiais e formação continuada para os professores.

Compreende-se, por um lado, que a neuropsicopedagogia pode contribuir, não apenas para a prática docente, mas para o trabalho de toda a equipe pedagógica, criando metodologias que favorecem o desenvolvimento da aprendizagem da criança em sala de aula. Por outro lado, não cabe apenas a neuropsicopedagogia auxiliar esses docentes com novas metodologias, mas cabe as escolas e aos municípios profissionalizar esses docentes, visando a melhor forma de ensino para os alunos autistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse trabalho, compreende-se que o docente convive com dificuldades nas instituições de ensino e encontra-se exausto, devido especificidades desconhecidas, não conseguem ensinar ao estudante autista, além de dificuldades em lidar com os comportamentos dessa criança, que apresentam estereotípias, podendo ser agressivas quando é contrariado por barulhos e excesso de luminosidade, ou não.

Pode-se considerar que a dificuldade das instituições educacionais são proveniente da necessidade de inserir no planejamento ações de formação continuada, promovendo ao docente conhecimento ao que se refere ao estudante autista. Dessa maneira, é preciso fornecer apoio de profissionais, como neuropsicopedagogos, que auxiliam os docentes por meio de diagnósticos das crianças autistas, permitindo a superação dos desafios no processo de aprendizagem. Por ser uma ciência multidisciplinar, integra-se no cotidiano da escola, na ação docente e no contexto familiar, facilitando as relações interpessoais e melhorando o aprendizado da criança autista.

REFERÊNCIAS

AVELINO, Wagner Feitos. **A Neuropsicopedagogia no Cotidiano Escolar da Educação Básica**. Revista Educação em Foco, ed. 11, 2019. Disponível em: <https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2019/06/003_A-

NEUROPSICOPEDAGOGIA-NO-COTIDIANO-ESCOLAR-DA-EDUCA%C3%87%C3%83O-B%C3%81SICA.pdf> Acesso em: 28 de abr. 2022>

BAPTISTA, C; OLIVEIRA, A. **Lobos e médicos**: primórdios na educação dos "diferentes". In C. R. Baptista e C. A. Bosa (Orgs.), *Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção* (p. 93-109). Porto Alegre: Artmed, 2002.

BERENICE piana: um marco nos direitos autistas. **Autismo e Realidade**. São Paulo. 2020. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/2020/03/30/berenice-piana-um-marco-nos-direitos-dos-autistas/> > Acesso em: 02 de nov. 2022.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica / Secretaria de Educação Especial** – MEC; SEESP, 2001.

CAMARGO, S; BOSA, C. **Competência social, inclusão escolar e autismo**: revisão crítica da literatura. *Psicologia e Sociedade*, v.21, n.1, 2009.

CHUPIL, Priscila; SOUZA, Karlen; SCHNEIDER, Cleussi. **A neuropsicopedagogia e o processo de aprendizagem**. - 1. ed. - Curitiba [PR] : IESDE Brasil, 2018.

CONSENZA, R. M.; GUERRA, L. B. *Neurociências e Educação: como o cérebro aprende*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola: um jeito de aprender, um jeito diferente de ensinar - ideias e práticas pedagógicas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2013.

DRESCH, Fernanda. **Teoria e Prática da Neuropsicopedagogia**. 1ed. Curitiba PR, 2018.

FERREIRA, Livia; KUBASKI, C. ; SCHMIDT, Carlo. **Dificuldades dos alunos com autismo na escola e estratégias de coping das educadoras**. V Congresso Brasileiro de Educação Especial, São Carlos: ABPEE, 2012. p. 10060-10071

ÍCONE da luta pelos direitos dos autistas, Berenice Piana palesra sobre Lei 12.764. **Fundação Catarinense de Educação Especial**. 2013. p.1. Disponível em: <https://www.fcee.sc.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/6615-noticia%20-1555>. Acesso em: 02 de nov. 2022

JANNUZZI, Gilberta. A educação do deficiente no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2004

MIGLIORI, Regina. **Neurociências e educação**. São Paulo: editora Brasil, 2013

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **Educação Especial no Brasil**: desenvolvimento histórico. **Cadernos de História da Educação** – n. 7. 2008.

OLIVEIRA, Amanda Pedroso; AMORIM, Jéssica *Mhayb*; BELLO, *Adriane Weckerlin*. **Desafios do Professor que Trabalha com Alunos Autistas**. UNICAG Centro Universitário. Várzea Grande. 2017.

SILVA, Joana. **O papel da neuropsicopedagogia para a inserção do aluno portador do espectro autista no ambiente escolar**. Laboro Ensino de Excelência. Maranhão 2022.

SOUSA, Maria Josiane Sousa de. **Professor e o autismo**: desafios de uma inclusão com qualidade. 2015. 34 f. Especialização Educação Especial). Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SCHWARTZMAN, Salomão. **Transtornos do Espectro do Autismo**. São Paulo: Memmon, 2011.

TABAQUIM, Maria L. M. **Avaliação Neuropsicológica nos Distúrbios de Aprendizagem**. **In Distúrbio de aprendizagem**: proposta de avaliação interdisciplinar. Org. Sylvia Maria Ciasca. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

WEIZENMANN, Luana Stela, PEZZI, Fernanda Aparecida Szareski e ZANON, Regina Basso. **Inclusão Escolar E Autismo**: Sentimentos E Práticas Docentes. *Psicologia Escolar e Educacional* [online]. 2020, v. 24 [Acessado 21 de Maio, 2022]. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-35392020217841>>. Epub 30 Nov 2020. ISSN 2175-3539. <https://doi.org/10.1590/2175-35392020217841>